

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 530.575 - CE (2019/0259771-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : TIMOTEO FERNANDO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : TIMOTEO FERNANDO DA SILVA - CE024323
VICTOR EMANUEL PEREIRA DA SILVA - CE025286
HERALDO DE HOLANDA GUIMARÃES JUNIOR - CE033954
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : PAULO JOSE SANTOS MONTEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PAULO JOSE SANTOS MONTEIRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o qual denegou a ordem pretendida no *Writ* n.º 0626371-46.2019.8.06.0000, mantendo a segregação cautelar do paciente, nos autos da ação penal em que restou denunciado pela prática dos crimes previstos no art. 2º, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013; art. 16 da Lei n.º 10.826/2003; e art. 155, § 4-A, do Código Penal.

Sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar do paciente, porquanto embasada na gravidade em abstrato do delito, em tese, cometido, reputando ausentes os requisitos da medida extrema, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz, por fim, a ocorrência de excesso de prazo para formação da culpa, porque o paciente *"encontra-se preso à disposição da autoridade judiciária não existindo qualquer ato ou pedido de diligência formulado pela defesa que tenha ensejado delonga ou morosidade no tramite regular do processo"* (e-STJ fl. 14), alegando, por fim, que não há previsão para o início da instrução processual.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, ou, subsidiariamente, seja-lhe deferida liberdade provisória, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor, ainda que impostas as medidas cautelares do art. 319 do CPP.

A liminar foi indeferida.

Solicitadas informações, estas foram devidamente prestadas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela denegação do *writ* (e-STJ fls. 160-163).

É o relatório.

Cumpre pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Compulsando os autos, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante no dia 11-5-2018, teve a custódia convertida em preventiva e foi denunciado pela prática dos crimes previstos no art. 2º, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013; art. 16 da Lei n.º 10.826/2003; e art. 155, § 4-A, do Código Penal, supostamente porque, associado a

Superior Tribunal de Justiça

outros 7 (sete) comparsas, integrava organização criminosa armada, munida de armas de fogo de diversos e poderosos calibres, estruturalmente ordenada, com divisão de tarefas entre seus integrantes, com o fito de praticar ilícitos penais, principalmente furto a agências bancárias.

Quanto aos fatos, narra a exordial acusatória, na qual o ora paciente figura como segundo denunciado, o seguinte:

Segundo apurado, os ofensores, munidos de armas de grosso calibre (apreendidas às fls. 08), irromperam a madrugada do décimo dia do mês de maio nesta cidade com vários disparos de arma de fogo e a utilização de explosivos, para arrombar o cofre do entreposto bancário. Este grupo de malfeitores, conhecido como Grupo do Leno, provocou verdadeira noite de terror no município.

Após o ocorrido o fato um grupamento da polícia civil, desempenhando com maestria seu dever constitucional, reuniu informações sobre o local onde a quadrilha do Leno estaria escondida e quais veículos usariam para se dissiparem. Na posse dessas informações pararam um veículo FIAT Strada, branco, de placas NOG-1163, tripulado pelo primeiro e segundo denunciado.

O primeiro increpado era o responsável por fornecer o armamento que foi utilizado no assalto. As armas apreendidas nesses autos são de propriedade de Gleison Vasconcelos de Sousa, conforme o próprio afirmou em depoimento colhido em sede policial, ressurtindo ainda que esta foi a terceira vez que forneceu armamento para a organização criminosa. Além do fornecimento das armas, ficou responsável por incendiar um dos veículos utilizados pelo bando, um Jeep Renegade.

Ao segundo increpado caberia o papel de dirigir o veículo que transportaria o arsenal do grupo de Sílvio Leno. Afirma ele que o grupo estava de posse de quatro fuzis e três pistolas.

Sílvio Leno, o terceiro denunciado, é apontado pelos dois primeiros como sendo o chefe do bando, responsável por gerenciar a quadrilha. Tendo participado efetivamente do ataque à agência bancária juntamente com José Kelvio Silva de Sousa, vulgo "gago", que era o incumbido de manusear os explosivos que arrebentariam o cofre forte do estabelecimento.

Os demais denunciados participariam do ataque prestando apoio, fazendo vigia em pontos estratégicos e atacando a sede do destacamento da polícia militar.

Importante salientar que o demandado Luan Florentino Correia era o responsável por providenciar o armamento que seria utilizado, conforme depoimento do primeiro acusado. (e-STJ fls. 75-76)

Superior Tribunal de Justiça

Verifica-se que o Magistrado primevo, **em 22-5-2018**, homologou o flagrante e decretou a prisão preventiva do paciente sob o s seguintes fundamentos, *in verbis*:

In casu, observo haver fortes indícios de participação dois) acusado(s) no cometimento dos crimes em testilha, os quais foram perpetrados em via pública, sem qualquer preocupação em serem identificados e ofender a integridade física de outras pessoas, já enseja vilipêndio às regras que normatizam convívio em sociedade.

No caso em exame, estão presentes os requisitos necessários á decretação da custódia preventiva dos acoimados. No nosso entender, a grave conduta perpetrada pelos imputados ao promover a destruição da agência do banco local com o desiderato de subtrair valores, somando-se a frieza, perversidade e motivo pelo qual o crime foi perpetrado como o crime foi realizado, já demonstra a alta periculosidade de que são dotados, sendo significativa a potencialidade dos mesmos em intimidar testemunhas, fato que macula o processo penal, sendo conveniente à instrução criminal a decretação da prisão sem pena objeto destes fôlios.

Outrossim, consta nos autos que os flagranteados integram organização criminosa especializada no cometimento de delitos da presente natureza, fato que denota a eminente potencialidade na prática de novos delitos, de modo que a segregação facilitará a aplicação da lei penal e a garantia da ordem pública.

[...]

Outrossim, no nosso entender, a periculosidade dos indivíduos e a gravidade do abalo da ordem pública causada pelo delito perpetrado pelos flagranteados e seus comparsas, faz crer que as medidas previstas no art. 319, do CPP, não seriam suficientes, ainda que cumuladas entre si, para impedir a sensação de impunidade que se abateria sobre a população, não obstando a segregação cautelar eventuais condições pessoais favoráveis dos encarcerados (primariedade; bons antecedentes; residência fixa e ocupação lícita). (e-STJ fl. 101-103).

Instado a relaxar a segregação cautelar, pelo alegado excesso de prazo, assinalou o Togado estadual que "*não afronta o princípio da razoabilidade a prisão cautelar mantida há pouco mais de 11 (onze) meses, quando, ao compulsar a ação principal (Ação Penal nº 0000587-97.2018.8.06.0147), se verifica que a denúncia foi ofertada e devidamente recebida, estando o feito no aguardo da citação por edital de dois réus que encontram-se foragidos*" (e-STJ fl. 126).

Ressaltou, ademais, que "*prazos processuais são parâmetros que devem*

Superior Tribunal de Justiça

ser seguidos dentro da capacidade do Poder Judiciário em cumpri-los sem desídia ou demora injustificável. No caso vertente, verifica-se que este juízo vem cumprindo seu calendário de audiências, designando estes atos para todos os dias da semana, não havendo nenhuma morosidade dos servidores públicos que aqui atuam ou até mesmo do Ministério Público que justifique o relaxamento da prisão" 9e-STJ fls. 126-127).

Inconformada, a defesa ingressou com remédio constitucional perante o Tribunal de origem que, denegou a ordem, ratificando a segregação processual, sobretudo a bem da ordem pública, tendo sopesado, em fundamentação *per relationem* ao que foi decidido quando do indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva, que *"o contexto marcado pelas investigações aponta que o requerente foi preso em flagrante delito na posse de explosivos e armas de fogo de grosso calibre, sendo o responsável pelo transporte desse armamento, que foi utilizado em uma ação criminosa que resultou na invasão de uma agência bancária localizada na comarca de Piquet Carneiro e no arrombamento do cofre desta instituição bancária"* (e-STJ fl. 134).

Destacou, na oportunidade, que *"o fato do requerente ser suspeito de integrar organização criminosa é uma situação que não podemos fechar os olhos, se fazendo adequada e justificada a manutenção de sua prisão, a bem da ordem pública e também para desestruturar a aludida organização, evitando a arregimentação de novos membros"* (e-STJ fl. 135).

Arrazou a Corte local, quanto à aventada delonga no trâmite processual, que: *"A concessão de habeas corpus, em razão da configuração de excesso de prazo é uma medida excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação ou resulte de inércia do próprio aparato judicial, o que não ocorre no caso dos autos"* (e-STJ fls. 135-136).

Ponderou o Órgão Colegiado, por derradeiro, que *"a natureza do crime, a complexidade da causa, que envolve 08 (oito) acusados, a necessidade de expedição de cartas precatórias, bem como o fato de o processo ter sido remetido de uma Vara para outra, entendo que o Magistrado condutor do processo não foi negligente ou desidioso, vez que se debruçou sobre a causa desde o início e, passo a passo, vem diligenciando conforme os prazos e as garantias processuais, inexistindo notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional"* (e-STJ fls. 137).

Delineado o panorama fático-processual, quanto à alegação de excesso de prazo na instrução criminal, cumpre ressaltar que, como tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso, tão somente, pela soma aritmética dos referidos prazos, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 11 de maio de 2018 e, posteriormente, em decisão datada de 14 de junho de 2018 houve o recebimento da denúncia.

Na sequência, foram expedidas diversas cartas precatórias para citação dos oito acusados, dentre os quais o ora paciente, que no momento do recebimento da exordial acusatória, ao contrário do que afirma na inicial deste *writ*, teve deferido pleito para que fosse transferido a outra unidade prisional, tendo para tanto que se expedir

Superior Tribunal de Justiça

diversos ofícios (para os ergástulos de destino e origem; e às forças de segurança pública para realizarem o traslado), o que, diante da reiteração do pedido, foi necessário novas expedições e solicitações.

Em 11-12-2018, o Juízo do local em que cometidos os fatos delituosos declinou da competência para o processamento da ação penal para Juízo especializado em crimes praticados por organizações criminosas, estando este último sediado na capital do Estado do Ceará, para onde os autos foram encaminhados.

Distribuídos os autos ao Juízo competente, o recebimento da denúncia foi ratificado em 20-9-2019, estando os autos com audiência de instrução e julgamento aprazada para os dias 9 e 10-12-2019.

Além disso, devem ser levadas em consideração, outrossim, **as particularidades do processo** - composto por oito denunciados, acusados de integrarem associação criminosa robustamente armada, responsável por assaltos a agências bancárias e cujos acusados são patrocinados por advogados distintos -, as quais certamente exigem que se utilize maior tempo até chegar-se à solução final da causa, justificando a aventada demora na finalização da prestação jurisdicional ordinária.

Colhe-se da jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA NA GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. AÇÃO PENAL COMPLEXA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

4. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

5. Na espécie, o recorrente foi denunciado pelo crime de homicídio qualificado e está preso desde o dia 30/11/2017. O Tribunal estadual afastou a alegação de excesso de prazo consignando que se trata de ação penal complexa, porquanto há pluralidade de réus (três denunciados por crime grave) e, consoante informado nos autos, um deles permanece foragido. Tudo isso, naturalmente, exige maior tempo na execução dos atos processuais. Observa-se, ademais, que o Magistrado de primeiro grau tem empregado esforços na celeridade do feito, não se podendo falar em atraso injustificado.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RHC 112.063/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 27/06/2019)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E RESISTÊNCIA. PRESÍDIO FEDERAL. PERMANÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. NÃO OCORRÊNCIA.

Superior Tribunal de Justiça

RECOMENDAÇÃO, AO JUÍZO SINGULAR, DE PRIORIDADE NO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. O Juízo das Execuções ponderou o fato de ser o acusado líder de organização criminosa, voltada a roubos de cargas no estado, além de exercer o "comando com os traficantes da Comunidade Camarista Méier" e ostentar passagens e condenações por delitos diversos.

3. É entendimento consolidado nos tribunais que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios, de modo que eventual demora no término da instrução criminal deve ser aferida levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto.

4. Fica afastada, ao menos por ora, a alegação de excesso de prazo, pois, não obstante o recorrente esteja encarcerado desde 5/2/2018, o feito vem recebendo impulso regular, de modo que eventual elastecimento no trâmite processual é consequência regular do processo, que é complexo e possui nove réus.

5. Recurso não provido. Recomendada ao Juízo singular prioridade no julgamento da ação penal.

(RHC 108.143/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019)

Assim, inviável acoimar-se de ilegal o acórdão quando manteve a custódia cautelar do paciente pois, como visto, não se configurou o excesso de prazo aventado.

Noutro giro, no que tange à aventada falta de fundamentos da preventiva, forçoso reconhecer que a medida extrema se encontra devidamente embasada no previsto no art. 312 do CPP, justificando-se para a garantia da ordem pública, vulnerada diante da periculosidade social do agente envolvido, extraída **das graves circunstâncias do evento criminoso denunciado**.

Com efeito, verifica-se que o paciente, reunido com vários outros codenunciados, teve decretada prisão preventiva, porquanto demonstrada a indispensabilidade da medida extrema para a preservação da ordem pública e também para o fim de fazer cessar as práticas criminosas atribuídas aos integrantes da organização investigada.

Consoante descrito na denúncia, o acusado, juntamente com sete outros agentes, agindo de forma organizada e com armamentos pesados, supostamente auxiliava a estrutura delituosa - era responsável pela condução dos veículos utilizados nos assaltos -, destinada à prática de furtos qualificados, consistentes em explodir cofres de agências bancárias, durante o período noturno, em cidades do interior do Estado do Ceará.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada "para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa", deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de

Superior Tribunal de Justiça

que: "O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

Nesse mesmo norte, tem-se os seguintes precedentes do Pretório Excelso:

Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. I – A prisão cautelar foi decretada para garantia da ordem pública, ante a gravidade dos fatos narrados nos autos e o modus operandi mediante o qual foi praticado o delito. II – Essa orientação está em consonância com o que vêm decidindo ambas as Turmas desta Corte, no sentido de que a periculosidade do agente demonstra a necessidade de se acautelar o meio social, para que seja resguardada a ordem pública, e constituem fundamento idôneo para a prisão preventiva. III – A primariedade, a residência fixa e os bons antecedentes não obstam a decretação da custódia cautelar quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. IV – Habeas corpus denegado.
(HC 137027, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 25/04/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 05-05-2017 PUBLIC 08-05-2017)

*Ementa: Penal e Processo Penal. Habeas Corpus. Homicídio consumado duplamente qualificado e homicídio tentado qualificado – CP, art. 121, § 2º, II e IV, e art. 121, § 2º, II, c/c art. 14, II. Prisão preventiva para garantia da ordem pública. **Modus operandi a evidenciar periculosidade. Fundamento idôneo. Precedentes.** Writ impetrado contra decisão que indeferiu liminarmente idêntica ação no Tribunal a quo. Ausência de agravo regimental. Não conhecimento. Inexistência de teratologia. Impossibilidade de concessão da ordem de ofício. **1. A prisão preventiva para garantia da ordem pública encontra justificativa idônea no modus operandi da prática delituosa, a evidenciar periculosidade exacerbada do agente** (HC 102.475/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Relator p/ o acórdão Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 16/09/11; HC 104.522/MG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ o acórdão Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 16/09/11; HC 105.725/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, 1ª Turma, DJe de 18/08/11; HC 103.107/MT, 1ª Turma, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJ de 29.11.10; HC 104.410/GO, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 30/06/11; e HC 97.891/SP, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de*

Superior Tribunal de Justiça

19/10/10). 2. In casu, o paciente, após discussão banal com a vítima, desferiu-lhe, inopinadamente e de surpresa, 6 (seis) disparos de arma de fogo que foram a causa eficiente de sua morte, tendo um dos tiros atingido, por erro de execução, uma mulher grávida de 8 (oito) meses que não veio a óbito por circunstâncias alheias à vontade do agente. **A prisão preventiva decretada em prol da garantida ordem pública funda-se não somente no clamor popular causado, mas principalmente na periculosidade exacerbada do paciente atestada pelo modus operandi das práticas delituosas.** 3. O habeas corpus não é admissível como substitutivo do recurso cabível, sendo certo ainda que o impetrante não se desincumbiu do ônus de interpor agravo regimental da decisão do Tribunal a quo que indeferiu liminarmente o writ ali impetrado. 4. Habeas corpus julgado extinto, sem resolução do mérito e ante a impossibilidade de concessão da ordem de ofício, por ausência de teratologia, restando revogada a liminar deferida.

(HC 117885, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/10/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-078 DIVULG 22-04-2016 PUBLIC 25-04-2016)

E deste Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. EXCESSO DE PRAZO. TEMA NÃO ENFRENTADO NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MODUS OPERANDI. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS CONHECIDO PARCIALMENTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

1. Matéria não enfrentada na Corte de origem não pode ser analisada diretamente neste Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância.

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, consubstanciada no modus operandi da conduta do acusado, no sentido de que Réu praticou delito gravíssimo e considerado hediondo (tentativa de homicídio qualificado com utilização de meio que dificultou a defesa da vítima) eis que desferiu disparos de arma de fogo, a queima roupa e pelas costas, da vítima, fato este que indica a sua acentuada periculosidade, tendo ele agido por motivo torpe, qual seja, ciúmes de sua companheira, portanto, a prisão deve ser mantida para fins de garantir a ordem pública', não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

3. Habeas corpus conhecido parcialmente e, nessa extensão, denegado.

(HC 405.980/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE DO CRIME. MODUS OPERANDI DELITIVO. ELEMENTOS CONCRETOS A

Superior Tribunal de Justiça

JUSTIFICAR A MEDIDA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DA CAUSA. INCIDÊNCIA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIAS. INTERPOSIÇÃO DE INCIDENTES PROCESSUAIS. EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. DELONGA JUSTIFICADA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, quais sejam, a gravidade do crime e o modus operandi delitivo, cifrado em uma ação intrépida, perpetrada mediante uma acentuada violência, na qual se lançou mão de "socos, chutes, um golpe de faca na cabeça e um golpe com o gargalo de uma garrafa quebrada contra a vítima", que remete a periculosidade do agente, demonstrando a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública.

2. A aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética, pois é necessário ter em conta a complexidade da causa, a atuação estatal e das partes.

3. In casu, verifica-se a existência de dois aspectos: o intrincado feito, pautado pela expedição de carta precatória, e a interposição de incidentes processuais pela defesa, mostrando-se, assim, que o trâmite processual encontra-se compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.

4. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 92.803/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018)

De mais a mais, evidenciada, outrossim, a participação do paciente na organização, até aqui suficientemente demonstrada, conforme reconhecido pelo Togado singular, para perpetrar reiteradamente graves atos ilícitos, utilizando-se de *modus operandi* bastante complexo e elaborado, particularidades que bem evidenciam a maior periculosidade da agente, mostrando que sua prisão é mesmo devida para o fim de se acautelar o meio social, evitando-se, inclusive, com a medida, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade.

Com efeito, evidente a imprescindibilidade da preservação da medida de exceção pois, segundo já decidiu o Supremo Tribunal Federal, "*a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva*" (HC n.º 95.024/SP, Primeira Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/02/2009).

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO LEGALMENTE PREVISTO. INADEQUAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO, LAVAGEM DE DINHEIRO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AGRAVANTE QUE

Superior Tribunal de Justiça

SUPOSTAMENTE INTEGRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA RESPONSÁVEL PELO TRÁFICO DE ENTORPECENTES EM REGIÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. GRUPO DOTADO DE COMPLEXA ESTRUTURA, MOVIMENTANDO GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS E DINHEIRO DECORRENTE DA MERCANCIA ILÍCITA. PRISÃO EXTEMPORÂNEA. ALEGAÇÃO INSUBSISTENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. A medida extrema, no caso, está adequadamente motivada, com base em elementos extraídos de interceptação telefônica judicialmente autorizada, que revelam indícios de que o agravante faria parte de organização criminosa voltada ao comércio ilegal de drogas, além de outros delitos, sendo a prisão cautelar dele e dos demais investigados necessária para dismantelar o suposto bando e fazer cessar a atividade criminosa supostamente desenvolvida.

4. Encontra-se pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça que o *modus operandi* e a periculosidade demonstrada por associação criminosa constituem motivação idônea à decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código Penal. Ademais, a segregação cautelar, no caso, é remédio para estancar as atividades da organização criminosa.

[...]

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 507.173/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019 - grifo nosso)

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE APELAR EM LIBERDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS APREENDIDAS. PERICULOSIDADE. AGENTE QUE JÁ VINHA SENDO MONITORADA NO ÂMBITO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. NECESSIDADE DE CESSAR A ATIVIDADE DELITIVA DA

ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.

[...]

4. Conforme escólio jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

5. Recurso desprovido.

(RHC 112.119/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 28/08/2019 - grifo nosso)

Nesse contexto, a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente a bem da ordem pública, constantemente abalada por

Superior Tribunal de Justiça

condutas como a que ora se examina, circunstâncias que afastam o suposto constrangimento de que seria vítima o recorrente, não havendo que se falar em constrangimento ilegal.

Em arremate, deve ser destacado que, concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, fica clara a inaplicabilidade das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal a bem da ordem pública, a sua incidência não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo paciente.

Como vem decidindo esta Corte Superior: *"Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, dadas as peculiaridades do caso, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes"* (RHC 105.393/AL, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019).

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece** do *habeas corpus*, recomendando-se ao Juízo de origem, no entanto, que imprima celeridade no julgamento da ação penal.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro **Jorge Mussi**

Relator